

A INADIMPLÊNCIA E A LIBERALIDADE DAS LINHAS DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

JERONIMO, Matheus Tortorelli ¹

PRAZERES, Fabiano Siqueira dos ²

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo estabelecer uma relação entre a economia, a inflação, a busca pelo crédito, a facilidade que este tem em ser concedido e as causas da inadimplência. Existe uma falta de controle financeiro ligado à facilidade do crédito, onde o nível de inadimplência tende a crescer conforme a liberalidade aumenta. Como metodologia científica, utilizou-se para este trabalho o levantamento bibliográfico exploratório, pesquisa de campo descritiva com aplicação de questionário, obtendo dados para uma análise quanti-qualitativa. Ao verificar que o cenário econômico onde os juros são altos, a taxa de inflação também e o salário mínimo não acompanha o mesmo crescimento a situação começa a tomar um rumo diferente. Para tanto, foi necessário aplicar um questionário semi-estruturado dentro da metodologia indicada, culminando em informações com 31 respondentes para nortear o trabalho e levantar discussões sobre a Liberalidade de Crédito no Mercado Financeiro e seus impactos na inadimplência, como também suas conseqüências para a Economia. Assim, algumas mudanças seriam necessárias para que menos crédito fosse liberado, ou mais crédito fosse liberado de maneira consciente para que menos pessoas estivessem endividadas.

Palavras - chave: Inadimplência. Inflação. Economia. Crédito. Liberalidade.

ABSTRACT

The research aims to establish a relationship between the economy, inflation, the search for credit, ease that this has to be granted and the causes of default. There is a lack of financial control on the credit facility, where the level of default tends to grow as the liberality increases. As a scientific methodology was used for this study exploratory literature, descriptive field research with a questionnaire, obtaining data for a quantitative and qualitative analysis. Noting that the economic environment where interest rates are high, the inflation rate and also the minimum wage does not follow the same growth the situation begins to take a different course. Therefore, it was necessary to apply a semi-structured questionnaire within the indicated methodology, culminating in 31 respondents with information to guide the work and raise discussions on the Credit Liberality Financial Market and their impact on delinquency, as well as its consequences for the economy . Thus, some changes

¹ Graduado em Administração pela Faculdade Libertas de São Sebastião do Paraíso-MG. E-mail: matheustortorelli86@gmail.com.

² Mestre em Desenvolvimento Regional e Professor do Curso de Administração da Faculdade Libertas de São Sebastião do Paraíso. E-mail: fabianoprazeres9@gmail.com.

would be necessary for less credit was released, or more credit was released consciously so that fewer people were indebted.

Keywords: Default. Inflation. Economy. Credit. Liberality.

INTRODUÇÃO

A população mais preparada consegue se sobressair sobre as questões econômicas, enquanto as menos preparadas são as que mais pagam juros por não possuírem conhecimento adequado, é a chamada desigualdade social.

A oferta do crédito é a causa do crescimento econômico, mas como todo crescimento, ela implica riscos para as instituições financeiras que possuem várias modalidades de crédito. As linhas de crédito são estabelecidas através da análise e em todas as concessões existem dúvidas quanto à possibilidade do não pagamento da operação. Através da análise de crédito é possível ponderar e diminuir o risco para que após a concessão do empréstimo os tomadores mantenham-se pontuais ao pagamento de seus compromissos e mantenham uma posição econômica estável e que o endividamento não seja mais um reflexo para a sociedade. Considerando que a inadimplência trás efeitos negativos não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista do próprio indivíduo, afetando suas relações sociais.

Dessa forma, a análise de crédito é um fator determinante para a diminuição da inadimplência.

Historicamente o Brasil é considerado um país que possui uma cultura de endividamento. Diante desse contexto questiona-se, porque isso acontece? Qual a contribuição das instituições financeiras para diminuir a inadimplência?

O objetivo deste trabalho é entender e estabelecer uma relação entre a economia, a inflação, a busca pelo crédito, a facilidade que este tem em ser concedido e as causas da inadimplência.

Para conhecer essas inter-relações no ambiente empresarial, como metodologia utilizou-se o levantamento bibliográfico exploratório e pesquisa de campo descritiva por meio de aplicação de questionário semi-estruturado em uma instituição financeira de grande porte com 31 pessoas, obtendo respectivamente dados secundários e primários, que subsidiaram a análise quanti-qualitativa.

Assim, a pesquisa está fundamentada a cerca dos seguintes temas: um breve histórico da economia brasileira, instituições financeiras e inadimplência, após, é apresentado o estudo de caso e as considerações finais.

1. HISTÓRICO: ECONOMIA BRASILEIRA

A economia influencia toda a sociedade, assim é necessário compreendê-la para que se possa planejar a vida econômica e poder tomar decisões financeiras.

Verifica-se que a palavra economia aparece diariamente na mídia, seja em uma conversa informal, em algum programa na televisão, jornais, revistas e junto a ela consecutivamente aparecem as taxas de juros, a inflação e o mercado.

A palavra economia deriva do grego *oikonomos* (de *oikos*, casa; e *nomos*, lei), que significa a administração de um casa ou estado. De forma bem geral, podemos definir a economia como uma ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar seus recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer necessidades humanas da melhor maneira possível (GREAMUD *et. al.*, 2006, p. 2).

A economia é dividida em dois ramos, a microeconomia e a macroeconomia. A microeconomia é ligada ao mercado de bens e de serviços.

A microeconomia, ou teoria dos preços, analisa a formação de preços no mercado, ou seja, como a empresa e o consumidor interagem e decidem qual o preço e a quantidade de determinado bem ou serviço em mercados específicos (VASCONCELOS; GARCIA, 2011, p. 46).

Já a macroeconomia que teve origem em 1930 analisa o comportamento do sistema econômico como um todo incluindo a taxa de desemprego. Ela estuda o comportamento dos preços buscando sua estabilidade, a geração de renda e tem como objetivo o controle inflacionário, além de determinar a taxa de juros dentro do mercado monetário.

De acordo com Paula *et. al.* (2013), o ambiente macroeconômico, portanto, tem papel fundamental na determinação da oferta e das condições do crédito bancário.

Em resumo, a teoria macroeconômica tradicional trata fundamentalmente das questões do desemprego e da inflação, consideradas como problemas de curto prazo ou conjunturais (VASCONCELLOS; GARCIA, 2011, p. 125).

Tanto o desemprego quanto a inflação são prejudiciais pelos pontos de vista econômico e social.

Com a decorrente crise bancária e econômica, iniciada em 2008, os clientes bancários cada vez mais preferem os bancos locais em relação aos multinacionais, estão menos leais às relações com seus atuais bancos e estão mais abertos às operações via internet, máquinas eletrônicas ou bancos correspondentes. A tendência de aumento da concentração bancária se acentuou (FORTUNA, 2013, p. 6).

A oferta de crédito é causa e consequência do crescimento econômico, já que propicia maior elasticidade no crescimento dos gastos dos agentes, antecipando poder de compra novo, mas, ao mesmo tempo, o próprio crescimento do produto e da renda acaba, pelo lado da demanda, por estimular o crescimento do crédito. (PAULA *et.al.*, 2013)

Ao rever um pouco desse histórico da economia brasileira é possível constatar que alguns hábitos e necessidades vividos pela população hoje, surgiram através da trajetória da economia no país que foi marcada por vários fatos desde a época colonial no século XVI com a ascensão da burguesia, passando pela produção açucareira, os ciclos de ouro, a economia cafeeira e a chegada das indústrias a partir de 1885.

A indústria brasileira tornou-se o principal fator de crescimento do país a partir dos anos 1930. O avanço da industrialização do país deu-se por meio de importações começando com bens de consumo não duráveis, como alimentos e tecidos. Vários projetos de desenvolvimento e suas respectivas políticas econômicas foram implementados no período que estendeu de 1930 ao final da década de 1970, transformando profundamente a estrutura produtiva do país (LACERDA, *et. al.*, 2003).

Até a chegada do Plano Real, a economia passou pelo governo de grandes nomes como a Era Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek, pela renúncia precoce de Janio Quadros e pelo Plano Collor.

A economia brasileira beneficiou-se do grande crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais para aumentar sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior, isso aconteceu entre 1968 e 1973, período de intenso crescimento do PIB. Período também marcado pela presença de capital estrangeiro na forma de investimentos, como consequência, endividamento do país (LACERDA, *et. al.*, 2003).

Quanto ao financiamento externo, os mesmos autores descrevem que, a dívida externa é uma das consequências das relações econômicas do país com o resto do

mundo. A única explicação para o extraordinário crescimento da dívida externa seria de origem financeira: o excesso de liquidez internacional diminuiu bastante as taxas reais de juros, o que tornou os empréstimos muito atraentes. Portanto, o aumento do endividamento ocorreu por causa da captação de recursos do exterior e seu repasse para empresas de dentro do país, sem que houvesse necessidade de empréstimos.

Em 1994, o Brasil adotaria o Plano Real, considerado um dos mais bem-sucedidos planos de estabilização da economia brasileira. De fato, obteve sucesso com relação a desindexação da economia, reduzindo substancialmente os níveis inflacionários. Os juros altos e o câmbio sobrevalorizado, no entanto, aumentaram a vulnerabilidade externa, restringiram o crescimento econômico e agravaram o problema da deterioração das contas públicas. (LACERDA *et. al.*, 2003, p. 198).

O Real deixou de ser mais um plano econômico para se transformar em vitorioso projeto nacional de uma nação mais justa e competitiva. Depois da estabilização da economia, a partir da construção de uma moeda forte, o Brasil mudou (SECOM, 2002).

1.1. Inflação

Ao analisar a economia é nítido que uma abordagem está diretamente ligada à outra. O desemprego, por exemplo, é bastante relevante e tem um valor significativo perante a economia, afinal parte da inadimplência se deve a ele. Assim é necessário que os preços estejam estáveis e junto a ele a inflação, que é uma das variações do valor da moeda. A inflação é considerada predominante, independente do tipo ela só ocorre quando existe uma elevação geral do nível dos preços.

Trata-se de um fenômeno universal, comum a praticamente todos os países. Corresponde a uma alta generalizada dos preços dos bens e serviços, expressos pelo padrão monetário corrente. A alta, que varia de intensidade de país para país e de época para época, implica desvalorização da moeda em relação aos demais ativos (ROSSETTI, 2003, p. 695).

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a ocorrência da inflação, se reflete na sociedade como um fenômeno monetário, porque a moeda perde o seu poder de compra e os indivíduos necessitam de mais moeda para comprar os mesmos produtos. Portanto, para os indivíduos que tem uma renda mensal fixa, a inflação reduz o poder de compra (MATESCO; SCHENINI, 2009).

A consequência do movimento inflacionário é perversa para a sociedade. A moeda, ao perder seu poder de compra, eleva os custos nominais dos produtos e, como todos os preços e salários não

são reajustados na mesma proporção, nem de forma antecipada, a inflação acaba impondo custos elevados e desiguais para os mais distintos segmentos da economia (GONÇALVES, *et. al*, 2008, p. 92).

A inflação no Brasil tem história e sempre foi considerada elevada comparando com os padrões internacionais.

O descontrole das contas públicas, as despesas públicas eram superiores às receitas. Os governos emitiam moeda ou buscavam financiamentos e empréstimos nos mercados internos e externos. O descontrole nas contas públicas levou o país a acumular, crescente endividamento. A título de exemplo, a dívida do setor público, que, em 1994 era de R\$153 bilhões, passou, em dezembro de 2008, para R\$1.153 bilhão. Desde o nascimento do Real, a alta dos preços tem se mantido bem mais moderada quando comparada à história inflacionária do Brasil (MATESCO; SCHENINI, 2009).

2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A origem da palavra "crédito" vem do latim, "coisa confiável". Sendo assim podemos dizer que o crédito está ligado diretamente à confiança depositada a alguém ou a alguma coisa. A confiança é construída acerca de alguns preceitos como a honestidade, a reputação e a pontualidade, baseadas em informações precisas. O crédito só existe em função de uma necessidade.

A própria origem da expressão crédito significa confiar. Assim, todo crédito baseia-se na confiança, ou seja, na esperança de que o devedor pague, no futuro, pelo que lhe é fornecido no presente. Dessas considerações decorre que a concessão de crédito significa confiança, troca de coisas de valor econômico, futuridade e risco (SECURATO; FAMA, 1997).

A atividade de crédito implica risco significativo para as instituições financeiras, pois se trata de uma modalidade de risco que está presente em qualquer atividade comercial, caracterizada pela probabilidade de não recebimento dos recursos emprestados (CAMARGOS *et. al.*, 2010).

No mercado financeiro, o crédito é considerado a capacidade de arcar com um investimento seja ele em forma de empréstimo, financiamento ou ainda outras linhas de crédito. Ele envolve duas partes: quem cede o dinheiro, cede o crédito (credor), e quem o recebe (devedor).

O devedor é aquele que deve. Que utiliza os recursos que não são seus, que estão dispostos pela instituição financeira, que é uma organização que dispõe de capitais, em qualquer uma das modalidades de crédito oferecidas pela mesma. Tudo previamente acordado através de contratos, cédulas de crédito e outros documentos em que mencionam valores contratados, taxas de juros, garantias reais e de avais, prazos e formas de pagamento.

"No agrupamento das instituições financeiras, os bancos comerciais, por suas múltiplas funções, constituem a base do sistema monetário e, devido aos serviços prestados, são, sem dúvida, a mais conhecida das instituições financeiras" (FORTUNA, 2013, p. 28).

Tudo indica que as primeiras operações bancárias foram realizadas pelos fenícios, mas o nome banco foi dado pelos romanos. Foram os negócios das famílias dos banqueiros que deram origem aos bancos. Os banqueiros que faziam à troca, a pesagem das moedas, para que então as pessoas pudessem levar o produto que precisavam. A moeda foi criada para facilitar as trocas que antes eram feitas apenas com mercadorias, o chamado escambo, havia a necessidade de mensurar o valor de cada produto.

Assim a burguesia ganhava cada vez mais prestígio e possibilitou o surgimento das primeiras casas bancárias. O cidadão depositava nessas casas bancárias suas moedas e os ourives, o profissional que trabalha com o ouro e a prata, emitia um certificado de que essas moedas estavam em seu poder e esse certificado circulava no mercado. Com o objetivo de organizar esse trabalho, surgiram as instituições bancárias.

Os bancos sempre guardavam, através do tempo, uma característica excessivamente nobre ou, por que não dizer, austera. Um exemplo desse rigor eram as próprias gerências operacionais, as quais obrigatoriamente deveriam manter contato com o público e ficavam situadas no fundo das agências, com suas portas muito bem trancadas, por onde poucos ousariam entrar (FORTUNA, 2013, p.3).

O primeiro banco de depósitos surgiu na Itália, na cidade de Veneza. Hoje em dia as moedas representam pequenos valores e em seu lugar são usados os papéis-moeda, que são emitidos pelo Banco Central do Brasil que é uma entidade supervisora que faz cumprir as determinações do Conselho Monetário Nacional, que por sua vez é o órgão que autoriza a emissão do papel moeda.

Fundamentado no lucro e nas leis dos bancos está o capitalismo que surgiu no século XV, onde o feudalismo caiu e a burguesia nasceu. Após a segunda guerra mundial, veio o capitalismo financeiro que até hoje é controlado pelas instituições financeiras e bancos comerciais.

Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que tem como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral (LIMA, 2012, p.19).

Segundo Fortuna (2013, p. 28) "no agrupamento das instituições financeiras, os bancos comerciais, por suas múltiplas funções, constituem a base do sistema monetário e, devido aos serviços prestados, são, sem dúvida, a mais conhecida das instituições financeiras".

2.1. Linhas e Análise de Crédito

As instituições financeiras oferecem linhas, modalidades, de crédito a pessoas físicas e ou jurídicas. Essas linhas são chamadas de operações ativas (aplicações de recursos ou também empréstimos concedidos).

Segundo Fortuna (2013, p. 241):

Existe uma enorme variedade de produtos disponíveis que se diferenciam em prazos, taxas, formas de pagamento e garantias, com o limite sendo a criatividade do banco diante das limitações impostas pelo Banco Central.

Existem várias nomenclaturas para os diversos produtos ligados ao crédito e eles se dividem e se direcionam para pessoas físicas e ou jurídicas especificamente. Entre os mais comuns e solicitados estão os cartões:

Os cartões tem a eventual desvantagem de vir a representar um fator de propensão ao consumo, nos momentos em que o consumidor intuitivamente desejava poupar. Como o nome diz, além de dinheiro de plástico, pois servem como meio de pagamento, são, acima de tudo, um crédito automático. Sem dúvida, constituem a moeda do futuro, pela sua segurança tanto para o credor quanto para o devedor (FORTUNA, 2013, p. 206).

Cartão de Crédito (Pessoas Físicas e Jurídicas): O crédito está vinculado a um pequeno plástico que possui a liberação de forma eletrônica. O portador poderá escolher a forma de pagamento no ato da compra ou prestação de serviço, podendo ser à vista (uma vez junto ao fechamento da fatura) ou parcelado. As definições de requisitos como a data de vencimento da fatura e o limite disponível em crédito são estipulados anteriormente a sua emissão.

O BNDES tem tido tradicionalmente papel fundamental no provimento do crédito de longo prazo da economia brasileira, em particular no financiamento do investimento. É importante destacar que o autofinanciamento das empresas (a partir de lucros retidos) é ainda a maior fonte de financiamento das empresas brasileiras (PAULA, *et. al*, 2013).

Cartão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES (Pessoas Jurídicas): Da mesma maneira que o cartão de crédito, este também se vincula a um plástico e o seu limite é pré aprovado. Ele é destinado a financiar investimentos, apenas compras de produtos credenciados junto ao portal, que hoje giram em torno de dezesseis categorias, entre elas: artigos têxteis, comunicação visual, embalagens, setor cultural, softwares e até veículos.

Limites em conta corrente:

É uma operação onde se abre uma conta de crédito com um valor de limite que normalmente é movimentada diretamente pelos cheques emitidos pelo cliente, desde que não haja saldo disponível na conta corrente de movimentação. Para o cliente, o produto garante uma liquidez imediata para suas emergências. Para o banco é um instrumento mercadológico forte, mas que, se mal administrado, pode representar perda significativa, tendo em vista seu impacto sobre a administração de reservas bancárias (SOUZA, 2003, p. 72).

Cheque Especial (Pessoa Física e Pessoa Jurídica): é um crédito disponível em conta corrente normalmente para suprir necessidades referentes à sazonalidade e oscilações de fluxo de caixa.

Conta Garantida (Pessoa Jurídica): É o mesmo que o cheque especial, mas com o diferencial de uma garantia real (bens móveis ou imóveis) ou de recebíveis (cartões, duplicatas, cheques). Sendo assim é possível que a taxa da operação seja reduzida e o capital poderá ser liquidado a qualquer momento.

Desconto de Títulos (Pessoa Física e Jurídica): Utilizando de documentos como cheques (hoje utilizados em menor demanda, mas ainda em grande quantidade no mercado) e duplicatas, o que foi vendido a prazo vira dinheiro a vista.

Por desconto bancário entende-se a operação ativa onde o banco antecipa recursos ao cliente, cobrando-lhe um ágio em função do prazo ajustado. Nas operações de desconto, a garantia apresentada para efeito de empréstimo recai somente na pessoa do cliente e demais coobrigados nos títulos (endossantes e avalistas). O cliente entrega ao banco o borderô relacionando certo número de

títulos. O banco efetua o cálculo do desconto e lhe credita em conta o saldo apresentado na operação. (SOUZA, 2003)

Antecipação de Recebíveis (Pessoa Física e Pessoa Jurídica): Quase da mesma maneira que o desconto, as vendas feitas a prazo e parceladas viram dinheiro, a contrapartida é manter o domicílio das vendas na instituição.

Conforme Fortuna (2013, p. 244)

As operações de crédito garantidas por recebíveis consolidaram-se como uma das mais utilizadas entre as empresa. Suas principais vantagens são maiores prazos de pagamento, a redução de custos, a diversificação da carteira e o maior volume de crédito.

Financiamento (Pessoa Física e Pessoa Jurídica): As instituições financeiras possuem várias modalidades de financiamento, cada uma com uma característica, onde a principal é o fornecimento de recursos para a aquisição de um bem. Bem este que fica em alienação junto à instituição como garantia da operação. Temos por exemplo o financiamento imobiliário para a aquisição de um imóvel (terreno, casa, apartamento, etc.) e o financiamento de veículos, para a compra de veículo automotor (carro, moto, etc.).

Fortuna (2013), diz que as operações de empréstimo que exigem garantias, asseguram o reembolso às instituições financeiras em caso de inadimplência dos tomadores. A garantia não substitui o pagamento, mas como o nome diz, garante que, caso ele não ocorra esse instrumento colateral, ao ser recebido, minimize a perda.

Os créditos, independente do prazo, podem ser concedidos na forma de: empréstimos, quando a utilização dos recursos pelos clientes tomadores não está direcionada para uma finalidade específica. (FORTUNA, 2013, p. 241).

Empréstimos (Pessoa Física e Jurídica): Da mesma maneira que o financiamento, o empréstimo é um recurso disponibilizado ao cliente, mas para fins que não precisam ser caracterizados, não é necessário ter uma destinação específica no contrato. Para pessoas físicas ele tem a nomenclatura de crédito pessoal e para jurídicas de capital de giro.

Normalmente as linhas de crédito são estabelecidas através de análise de crédito, onde fatores internos e externos são analisados e onde também são definidos o montante, o tipo e as condições da operação. A análise visa à adequação e a possibilidade em ceder o crédito trabalhando com a minimização dos

possíveis riscos que a operação possa ter. Nessa hora todas as informações possíveis para a melhor análise devem ser medidas para que se exista a maior certeza do pagamento futuro da operação. Ela deverá ser realizada de forma racional, planejada e objetiva, lembrando que a concessão do crédito remete-se a confiança.

Para que a análise tenha fundamento, ela deve se basear em uma boa política de crédito, onde previamente já foram estipulados os critérios a serem atendidos. É necessário também um bom banco de dados onde se possam coletar informações relevantes para o deferimento da operação, documentos que comprovem sua capacidade de pagamento e a partir de então determinar se o crédito pleiteado será concedido ou não. É interessante que a área comercial trabalhe em conjunto com a área financeira afim de que possa evitar possíveis consequências inesperadas, assim perguntas como, por que, quando e quanto, referentes ao crédito, poderão ser respondidas.

Os bancos passaram a segmentar a clientela em grupos a partir de suas características: faixa de renda ou faturamento e informações de comportamento bancário – número de produtos utilizados, reconhecimento dos produtos, tempo de relacionamento, perfil de crédito, informação do posicionamento do cliente como tomador de recursos ou como aplicador de recursos (FORTUNA, 2013, p.5).

Cada instituição possui seus critérios, seu modo de trabalho, tudo para poder diminuir o risco das operações. O risco é considerado o quanto uma instituição pode perder caso uma operação fique inadimplente. O risco total de uma operação é a soma das influências econômicas, políticas, ambientais e as específicas no mercado em que a empresa/cliente atua.

Em todas as concessões de crédito há uma parte de risco. Pode-se admitir um risco regular onde existe pouca dúvida quanto à possibilidade de resgate da dívida. Existe, também, o risco não regular ou marginal, que surge para aqueles clientes não habituais ou com capacidade financeira e habilidade administrativa que deixam dúvidas quanto à possibilidade de liquidez do crédito (SECURATO; FAMÁ, 1997)

Tanto para pessoas físicas, quanto jurídicas, a análise deverá ser realizada seguindo os mesmos moldes. O que irá deferir uma de outra é a documentação a ser analisada, como por exemplo, em caso de pessoa física temos renda e pessoa jurídica faturamento ou previsão de faturamento.

Os analistas de crédito utilizam, freqüentemente, informações relacionadas ao caráter, capacidade, capital, colateral e condições como importantes condutores de valor para a decisão de concessão de crédito. Cada um dos "Cês" tem sua importância para a melhor identificação do risco de crédito do cliente e, por isso, são ponderados diferentemente nos modelos desenvolvidos para previsão de inadimplência, que são utilizados na "Análise Objetiva de Crédito" (SANTOS; FAMÁ, 2007).

O mesmo autor apresenta as características de cada um dos "Cês", a saber:

- Caráter: que está ligado à índole de quem toma o empréstimo, pontualidade, sua reputação, se o proponente correspondeu às expectativas anteriores, se possui um histórico positivo;
- Capacidade: que é o ressarcimento do crédito pleiteado, a condição financeira de arcar com o valor a ser pago, se o mesmo conseguirá cumprir com o compromisso assumido;
- Capital: potencialidade financeira, seu endividamento, patrimônio do proponente;
- Colateral: qualidade das garantias da operação, tanto garantias reais quanto garantias de avais;
- Condições: analisa no contexto externo o cenário econômico no momento atual, da liberação do crédito;
- Coletivo: análise de risco do ambiente em que o tomador está envolvido, seu grupo econômico.

Não é possível determinar em uma análise se futuramente a operação terá algum problema, mas é de consciência de quem a faça, que o trabalho seja o melhor possível para que não exista riscos, ou que os mesmos sejam diminuídos.

3. INADIMPLÊNCIA

Após a concessão do empréstimo, espera-se que os tomadores mantenham-se leais (pontuais na amortização do empréstimo), sempre que o valor de seus recursos financeiros (renda) seja superior ao valor das prestações do empréstimo. Contrariamente, atribui-se uma maior probabilidade de inadimplência quando o valor da renda for insuficiente para amortizar as prestações do empréstimo (SANTOS; FAMÁ, 2006).

A renda é determinada pelos fatores externos e, portanto, é dependente da situação econômica, o banco acaba por assumir, em face das incertezas quanto a capacidade futura de pagamento do tomador (SANTOS; FAMA, 2006).

O grande problema então é quando a vontade de gastar ultrapassa a capacidade de pagar.

Qualquer erro na decisão de conceder o crédito pode significar que, em uma única operação, haja a perda do ganho obtido em dezenas de outras transações bem sucedidas, já que o não recebimento representa a perda total do montante emprestado. Portanto, é importante prever e reduzir a inadimplência, pois os prejuízos com créditos mal sucedidos deverão ser cobertos com a cobrança de altas taxas de juros em novas concessões (SELAU; RIBEIRO, 2009).

A posição econômica do país mencionada anteriormente, nos relata que a situação atual da inadimplência possa ser cultural, não só a inadimplência como também o consumismo.

O endividamento exagerado é um reflexo da sociedade de consumo e caracteriza-se como um problema de ordem social e não individual, que afeta consumidores e fornecedores (TRINDADE *et. al.*, 2012).

O país teve um histórico de endividamento e parte da população atual segue o mesmo caminho. A dívida é considerada um problema nacional, mas é necessário verificar onde ela surgiu para que possa reverter a situação e ainda considerar a desigualdade social brasileira.

Quais são as pessoas que mais recebem rendimentos na forma de juros? Quem são os proprietários de títulos da dívida pública e depósitos bancários? São primordialmente os que já têm níveis mais altos de renda e riqueza. Os mais pobres poupam pouco e são com frequência devedores líquidos, obrigados a pagar as taxas especialmente altas que o sistema financeiro brasileiro cobra das pessoas físicas. O desemprego atinge de maneira particularmente severa os mais pobres. Além disso, com menores oportunidades de emprego, os trabalhadores sofrem diminuição de seu poder de barganha e da possibilidade de conseguir ganhos em suas remunerações, até mesmo para acompanhar os aumentos de produtividade. Assim, normalmente, o aumento do desemprego conduz à maior concentração de renda. (SUPLICY, 2000).

A facilidade propícia a abertura de crédito e falta de controle financeiro ligado a outros fatores como o desemprego ou a diminuição da renda acarretam a

inadimplência. O endividamento afeta não só financeiramente, mas a estrutura da pessoa/empresa, ninguém gosta ou quer receber cobranças.

Datas comemorativas como dias das mães, dos pais e natal são datas onde o consumo no comércio são maiores e através dele mais dívidas são acarretadas. Em alguns casos o consumo compulsivo é considerado doença.

Estudos demonstram que os consumidores estão cada vez mais materialistas, ou seja, tendem a adquirir mais produtos do que necessitam (além do seu valor instrumental ou funcional) e, este comportamento é uma das conseqüências negativas do capitalismo. O nível de materialismo do consumidor tem impacto direto no seu comportamento de compra. Uma das formas para melhor compreensão do comportamento de compra ocorre através da identificação do estilo de consumo do indivíduo, geralmente relacionado a importância atribuída à marca, influência de outras pessoas no processo de compra, comportamento de compra compulsiva, percepção de preço, relevância das propagandas, entre outros (GROHMANN *et. al.*, 2012).

Idade, *status* social, personalidade, ocupação, lazer, valores, são outros agravantes da inadimplência.

A inadimplência trás consigo efeitos muitas vezes arrasadores tanto do ponto de vista macroeconômico, aumentando o risco das operações e produtos financeiros, como do ponto de vista do indivíduo, ao afetar suas relações sociais, seu estado psicológico e sua vida familiar. (TRINDADE, *et.al.*, 2012)

4. ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

A instituição financeira onde os questionários foram aplicados possui mais de 80 anos de trajetória, fundada no estado de São Paulo hoje possui cerca de 4 mil agências no Brasil com 27 mil caixas eletrônicos para rápido atendimento. Conta com 105 mil funcionários atuando em centros administrativos e agências bancárias em todo o Brasil. Além do Brasil atua em outros 19 países.

Os questionários foram respondidos por 31 pessoas a partir de 18 anos de ambos os sexos que possuem conta corrente na instituição financeira. O instrumento de coleta foi aplicado entre os dias seis à dez de abril do ano de dois mil e quinze.

Este questionário foi respondido por pessoas que freqüentam a Instituição financeira universo desta pesquisa, as respostas foram descritas diretamente no formulário, sempre com muita ética e dentro dos métodos acadêmicos explorados.

4.1. Metodologia da Pesquisa

Para a realização deste trabalho, deve-se definir os procedimentos metodológicos utilizados para dar caracterização que esta é uma pesquisa acadêmica

Segundo Cervo, *et. al.* (2007, p. 7):

O conhecimento científico vai além do empírico, procurando compreender, além do ente, do objeto, do fato e do fenômeno, sua estrutura, sua organização e funcionamento, sua composição, suas causas e leis.

Além do levantamento bibliográfico exploratório com dados secundários, foi utilizado o método de pesquisa de campo do tipo descritiva e a coleta de dados foi feita através de questionário, obtendo dados primários para uma análise quanti-qualitativa.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 169).

Quanto ao questionário Cervo (2007) e Bervian (2007), demonstram que é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral a palavra questionário refere-se a um meio de obter respostas as questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. Todo questionário deve ter natureza impessoal para assegurar uniformidade na avaliação de uma situação para outra. Possui a vantagem do anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais (o que não pode acontecer na entrevista) e o uso de perguntas fechadas permitem obter respostas mais precisas por serem padronizadas, de fácil aplicação, simples de codificar e analisar. O questionário compôs onze questões fechadas e semi-estruturadas.

O procedimento em si permite, favorece e atende as expectativas propostas inicialmente de maneira clara, identificando os pontos que precisam ser melhorados quanto a liberação de crédito e a inadimplência.

4.2. Análise de Dados

Após tomar conhecimento sobre o assunto abordado que consta no Referencial Teórico foi possível realizar uma análise quanti-qualitativa adequada

dentro dos questionários respondidos, segue abaixo a Análise de Resultados que foi obtida.

O Gráfico 1, apresenta o sexo das pessoas que responderam os questionários.

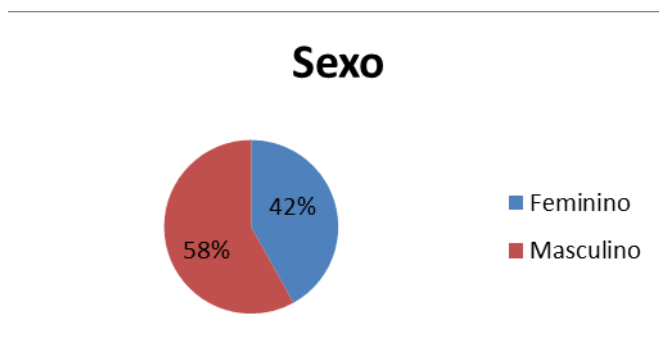


Gráfico 1 - Sexo
Fonte: Elaborado pelo autor

Responderam ao questionário um universo de 31 pessoas, sendo 42% do sexo feminino e 58% do sexo masculino. O gênero não influencia as questões propostas, pois hoje a mulher tem igualdade perante o homem no mercado.

No Gráfico 2, pode constatar a faixa etária, ou seja, a idade dos respondentes.

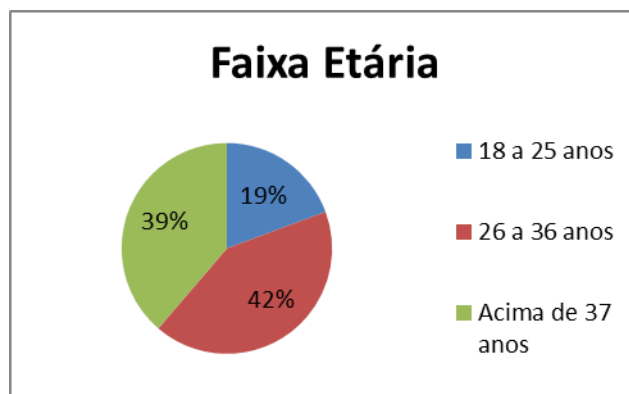


Gráfico 2 - Faixa Etária
Fonte: Elaborado pelo autor

A faixa etária demonstra o universo pesquisado. 19% possuem idade entre 18 a 25 anos, 42% idade entre 26 a 36 anos e 39% acima de 37 anos. O gráfico 10 (gastos), adiante, mostrará que a idade influencia no tipo de gasto.

Em relação a renda mensal, esta pode ser visualizada no Gráfico 3, que segue.

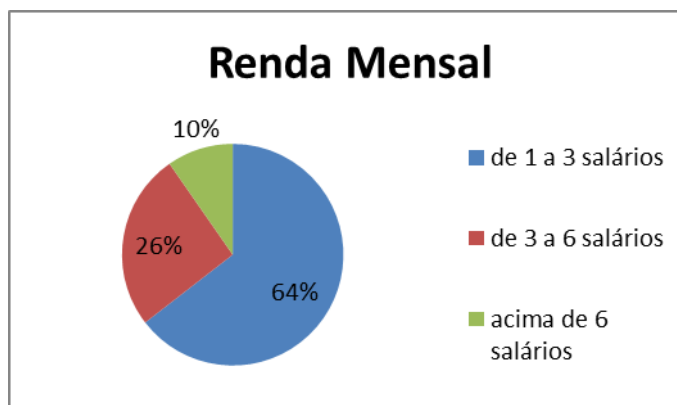


Gráfico 3 – Renda Mensal
Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a renda mensal 64% ganham até 3 salários mínimos, 26% entre 3 e 6 salários e apenas 10% acima de 6 salários mínimos. Sobre as pessoas físicas, a análise de crédito é feita da mesma maneira, considerando apenas uma porcentagem da renda mensal, não interferindo qual seja o ramo de atividade exercida. A renda é determinada pelos fatores externos e, portanto, é dependente da situação econômica (SANTOS; FAMA, 2006).

Assim nem sempre o indivíduo possui certeza em seus recebimentos futuros, pois dele também depende a economia de mercado.

Para identificar o tipo de vínculo empregatício, as respostas estão disponíveis no Gráfico 4, que segue.

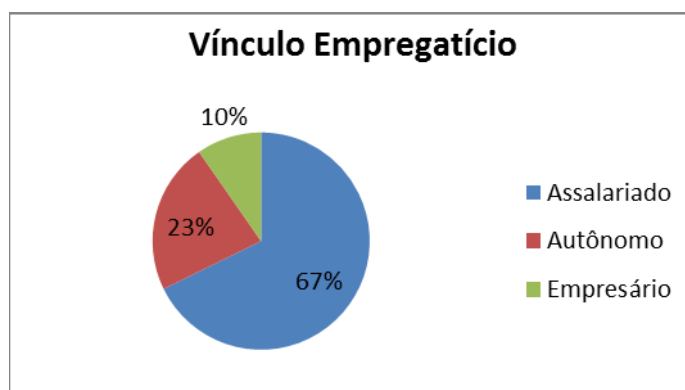


Gráfico 4 – Vínculo Empregatício
Fonte: Elaborado pelo autor

67% das pessoas que responderam ao questionário são assalariadas, vínculo fixo; 23% são autônomas, renda variável e 10% empresários. Considerando a análise feita pelo gráfico 3 (renda), observa-se que o assalariado possui renda fixa e caso haja um possível desemprego, o mesmo ainda possui um período de estabilidade se for receber o seguro desemprego. Isso nem sempre acontece com o

autônomo. Dessa maneira o risco do autônomo se tornar um inadimplente pode ser maior.

Assim, com menor oportunidade de emprego, os trabalhadores sofrem diminuição de seu poder de barganha e da possibilidade de conseguir ganhos em suas remunerações, o aumento do desemprego conduz à maior concentração de renda (SUPLICY, 2000).

Todo indivíduo deve seguir as orientações propostas pelo ramo trabalhista, a fim de se resguardar no caso de uma queda econômica no mercado, um afastamento, um desemprego.

O Gráfico 5, apresenta a quantidade de instituições financeiras que os respondentes possuem conta corrente aberta.

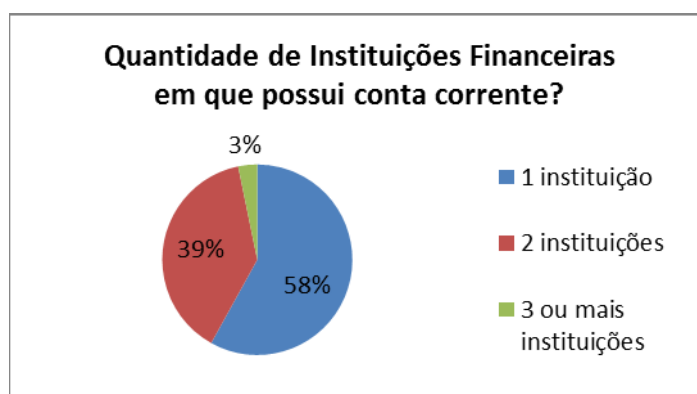


Gráfico 5 – Quantidade de Instituições Financeiras em que possui conta corrente?

Fonte: Elaborado pelo autor

Pode-se avaliar através do gráfico 5 que a maioria das pessoas com renda de até 3 salários mínimos (visto no gráfico 3), possuem conta corrente em apenas uma instituição, 58%. Pessoas com renda de 3 a 6 salários possuem conta corrente em 2 instituições, 39% e os que recebem acima de 3 salários mínimos, 3%, tem maior probabilidade de ter conta corrente em mais de 3 instituições financeiras.

Os bancos passaram a segmentar a clientela em grupos a partir de suas características: faixa de renda ou faturamento e informações de comportamento bancário (FORTUNA, 2013. p.5).

O risco surge para aqueles clientes não habituais ou com capacidade financeira e habilidade administrativa que deixam dúvidas quanto à possibilidade de liquidez do crédito (SECURATO; FAMÁ, 1997).

Assim, a concentração de endividamento de um indivíduo em apenas uma instituição é considerando um bom sinal, pois ele já está fidelizado e a instituição já caracterizou seu comportamento financeiro.

Já o Gráfico 6, ilustra os tipos de créditos utilizados.

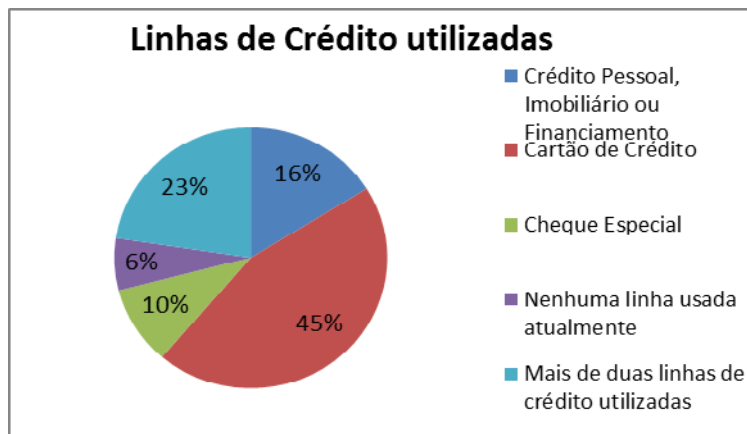


Gráfico 6 – Linhas de Crédito utilizadas?

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os dados coletados, 16% dos respondentes possuem crédito pessoal, imobiliário ou financiamento, 45% cartão de crédito, 10% utilizam cheque especial, 6% apenas movimentam a conta corrente sem linhas de crédito e 23% utilizam mais de uma linha de crédito. Nota-se que é nítida a diferença entre o cartão e as demais linhas de crédito.

Além de dinheiro de plástico, os cartões servem como meio de pagamento e são, acima de tudo, um crédito automático. Sem dúvida, constituem a moeda do futuro (FORTUNA, 2013).

O cuidado que se deve ter é quanto ao limite, uma vez que se perde o controle sobre ele, os juros e encargos sobre multas e atraso são altos. Essa taxa alta se deve a facilidade da liberação do crédito.

O Gráfico 7, apresenta a diversidade de garantias disponibilizada para adquirir a liberação do crédito financeiro.

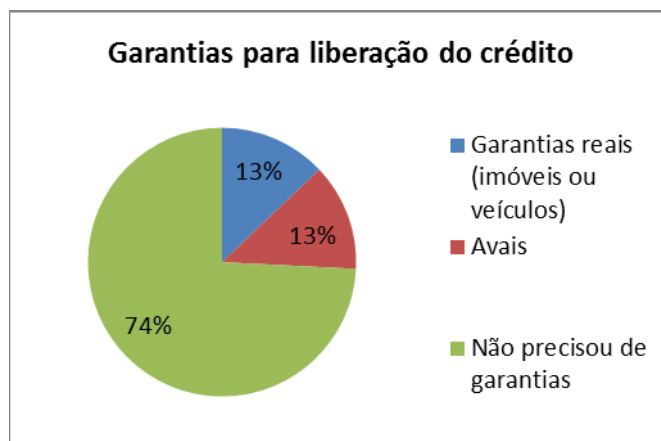


Gráfico 7 – Garantias para a liberação do crédito.
Fonte: Elaborado pelo autor

Ao verificar a necessidade de garantias para a liberação de crédito pode-se observar que 13% necessitaram de uma garantia real como imóveis no caso de operações imobiliárias e veículos para financiamentos; 13% tiveram apenas avais como garantias e 74% não necessitaram de nenhuma garantia.

Fortuna (2013), diz que as operações de empréstimo que exigem garantias, asseguram o reembolso às instituições financeiras em caso de inadimplência dos tomadores. A garantia não substitui o pagamento, mas como o nome diz, garante que, caso ele não ocorra esse instrumento colateral, ao ser recebido, minimize a perda.

Quando se necessita de uma garantia real a pessoa tem o medo de perder o bem que foi dado em garantia ou no caso de um aval, se o pagamento não for realizado em dia, o nome do terceiro que foi avalista da operação está em jogo podendo ser incluído em órgãos de restrição.

Sobre a acessibilidade para a liberação de crédito, o Gráfico 8, ilustra a concepção dos respondentes neste sentido.

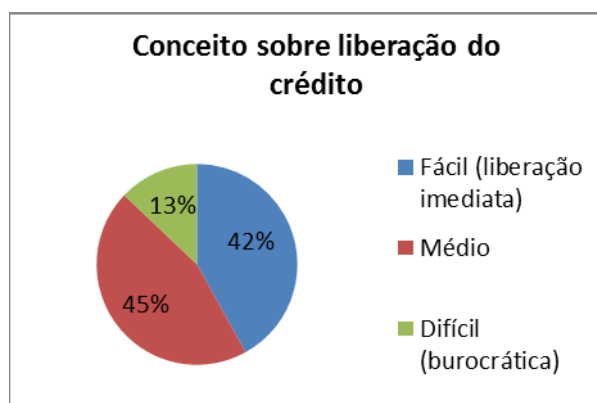


Gráfico 8 – Conceito sobre a liberação do crédito.
Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda, referindo-se sobre as linhas de crédito e garantias, se tem o questionamento sobre a liberação do crédito. Onde de acordo com o gráfico, 42% dos respondentes mostraram que a liberação foi fácil, imediata e apenas 13% as classificaram como uma operação difícil, burocrática. Pode-se observar que dentro desses 13% possam estar às pessoas que necessitaram de garantias reais, onde a documentação exigida é maior. E dentro dos 42% que a acharam uma liberação fácil estão aqueles 45% (gráfico 6) que utilizam a linha de cartão de crédito e os 74% (gráfico 7) que não precisaram de garantias. Onde na maioria das vezes a liberação é rápida e prática.

De acordo com Santos e Fama (2007), os analistas de crédito utilizam informações relacionadas ao caráter, capacidade, capital, colateral e condições como importantes condutores de valor para a decisão de concessão de crédito e estes são ponderados diferentemente nos modelos desenvolvidos para a previsão de inadimplência.

É necessário também um bom banco de dados onde se possam coletar informações relevantes para o deferimento da operação e documentos que comprovem sua capacidade de pagamento, quanto mais complexa a linha de crédito for, mais documentos serão exigidos para alinhar a operação.

Ao questionar se houve pesquisa para identificar a taxa de juros disponível no mercado por parte dos respondentes, esta pode-se verificar no Gráfico 9, que segue.

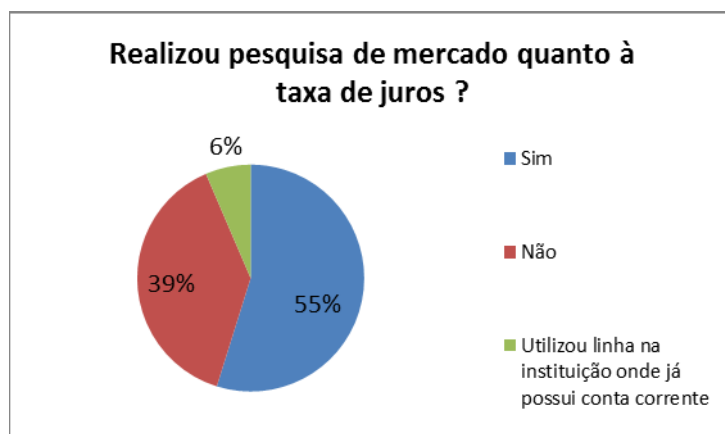


Gráfico 9 – realizou pesquisa de mercado quanto à taxa de juros?
Fonte: Elaborado pelo autor

Independente das questões sobre facilidade na liberação de crédito foi observado que 55% das pessoas que responderam ao questionário fizeram uma análise prévia de mercado antes de adquirir uma linha de crédito. Isso mostra que

alguma preocupação com a taxa de juros a ser paga existiu e assim existe consciência sobre o valor futuro a ser pago nas transações.

Suplicy (2000), diz que os mais pobres poupam pouco e são com frequência devedores líquidos, obrigados a pagar as taxas especialmente altas que o sistema financeiro brasileiro cobra das pessoas. Enquanto os que possuem altos níveis de renda e riqueza são os proprietários de títulos da dívida pública, aqueles que ganham em depósitos bancários.

Constata-se que os lucros obtidos através de depósitos bancários pelos que possuem bons níveis de renda são pagos através dos juros cobrados em operações de crédito. Como no mercado existe uma concorrência grande entre instituições que oferecem diversos produtos a diversas taxas convém procurar a que melhor se enquadra junto a situação econômica do país.

O Gráfico 10, buscou discutir as informações levantadas sobre o direcionamento dos gastos dos consumidores que buscam créditos em instituições financeiras.

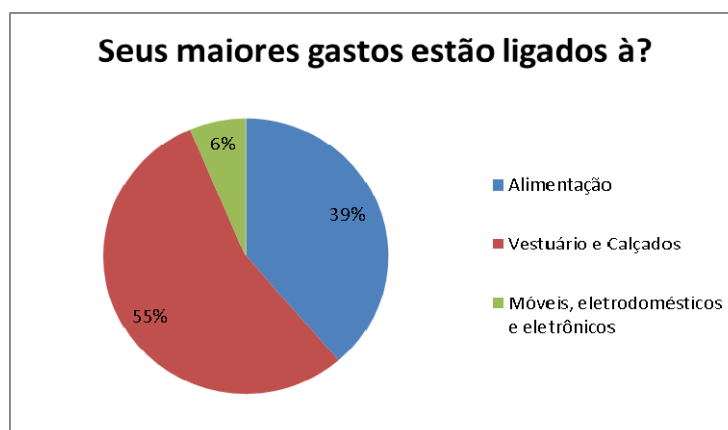


Gráfico 10 – Seus maiores gastos estão ligados á?

Fonte: Elaborado pelo autor

Foi possível constatar através do questionário que 55% dos gastos estão ligados a vestuário e calçados. Pessoas mais novas estão propícias a residirem na casa de seus pais (o gráfico 2 mostra que 42% das pessoas que responderam ao questionário possuem entre 26 a 36 anos), sendo assim o gasto com alimentação que deveria ser primordial não fica por conta deles e sim pelos 39% que possuem acima de 37 anos. A partir do momento em que existe um vínculo familiar envolvido o gasto passa a ser com alimentação, 39%. E em último lugar com apenas 6% estão os gastos ligados a móveis, eletrodomésticos e eletrônicos.

De acordo com Grohmann *et. al.* (2012), o nível de materialismo do consumidor tem impacto direto no comportamento de compra. Uma das formas para melhor compreensão do comportamento de compra ocorre através da identificação do estilo de consumo do indivíduo, geralmente relacionado à importância atribuída a marca, influência de outras pessoas, comportamento de compra e relevância das propagandas.

Observa-se então que a maioria dos indivíduos entre 26 e 36 anos, por terem seus gastos ligados a vestuário e calçados se enquadram nessa faixa onde idade, personalidade, lazer são os agravantes para compras.

O Gráfico 11, apresenta uma discussão sobre a credibilidade dos no mercado dos e, até que ponto a restrição pode afetar as análises financeiras e favorecer a liberalidade do crédito.



Gráfico 11 – Já teve seu nome ligado a algum órgão de restrição?
Fonte: Elaborado pelo autor

Verificou-se que 68% das pessoas não possuem restrições financeiras. 19% conseguiram liquidar suas restrições e 13% ainda continuam com elas. Nem sempre é fácil liquidar dívidas uma vez que as altas taxas de juros impedem que isso aconteça. Diante do eixo do autor uma renegociação seria interessante para que as taxas fossem paralisadas e conseqüentemente a dívida seja amortizada mensalmente.

Mencionam Selau e Ribeiro (2009), que qualquer erro na decisão de conceder o crédito pode significar que, em uma única operação, haja a perda do ganho obtido em dezenas de outras transações. É importante prever e reduzir a inadimplência, pois os prejuízos com créditos mal sucedidos deverão ser cobertos com a cobrança de altas taxas de juros em novas concessões.

Além do problema financeiro, não se pode deixar de considerar o lado emocional e social. A inadimplência afeta o estado psicológico e a vida familiar do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do presente trabalho foi analisar de maneira geral a facilidade que as pessoas têm para conseguir crédito.

Existe uma série de mudanças que seriam necessárias para que a liberação do crédito fosse um pouco mais complexa e assim fazer com que menos crédito fosse liberado e com isso menos pessoas endividadas.

Através do questionário, que foi o recurso utilizado para a busca das informações, que proporciona uma coleta de dados clara e impessoal assegurando assim uma uniformidade na avaliação, foram colocadas 11 perguntas incluindo sexo, idade, renda e questões relacionadas aos gastos, operações de crédito e instituições financeiras. 31 pessoas com idade superior a 18 anos, de ambos os sexos e com conta corrente em uma determinada instituição financeira o responderam.

A instituição financeira onde os questionários foram aplicados possui mais de 80 anos de trajetória, com cerca de 4 mil agências no Brasil. A instituição está totalmente ligada a inadimplência, uma vez que os créditos liberados partem dela e quando a inadimplência existe a instituição financeira também é prejudicada.

Através dos questionários foi possível visualizar que nem sempre o indivíduo possui certeza em seus recebimentos futuros, pois dele também depende a economia de mercado e que quando se tem menor renda o poder de barganha perante as demais instituições também diminui, os mais pobres pagam as taxas mais altas do sistema. A linha de crédito que mais se destaca no mercado é o cartão, considerado a moeda do futuro. Os bancos segmentam sua carteira de clientes a partir de suas características para também poder diminuir o risco de inadimplência e as garantias dadas em determinadas operações não substituem o pagamento, mas minimizam a perda. É importante então prever e reduzir a inadimplência, pois os prejuízos com créditos mal sucedidos deverão ser cobertos com a cobrança de mais altas taxas de juros.

Espera-se que este estudo tenha sensibilizado a área de liberação de crédito para que a mesma não seja tão operacional e possa ser analisada criteriosamente caso a caso, cada situação de solicitação de crédito independente do tipo da linha

utilizada, da renda do cliente, do ramo de atividade. Cada caso possui uma peculiaridade diferente que deve ser tratada isoladamente, desenvolvendo assim mais critérios a serem seguidos e sem pensar no lado da burocratização, mas sim pelo lado social e econômico.

Lembrando que mesmo que a análise seja feita da melhor maneira possível os fatores externos ainda continuarão interferindo na inadimplência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERVIAN, Pedro A. *et. al.* **Metodologia Científica**. São Paulo: Persion Education do Brasil, 2007.

CAMARGOS, Marcos Antonio de, *et. al.* **Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do Estado de Minas Gerais**. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, v. 14, n.2, abr, 2010.

CERVO, Amado Luiz *et. al.* **Metodologia Científica**. São Paulo: Saraiva, 2007.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro, produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

GONÇALVES, Antonio Carlos Porto, *et. al.* **Economia Aplicada**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GREMAUD, Amaury Patrick, *et al.* **Manual de Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2006.

GROHMANN, Márcia Zampieri *et. al.* **Relação entre materialismo e estilo de consumo: homens e mulheres com comportamento dispare? Contaduría y Administración**. México, v. 57, n. 1, jan/mar, 2012.

LACERDA, Antonio Correa de. *et. al.* **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LACERDA, Antonio Correa de. *et. al* **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Iran Siqueira. *et. al.* **Curso de Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

MATESCO, Virene Roxo; SCHENINI Paulo Henrique. **Economia para não economistas: princípios básicos de economia para profissionais empreendedores em mercados competitivos**. Rio de Janeiro: Senac, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULA, Luiz Fernando de. *et. al.* **Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito:** o papel dos bancos públicos federais. Nova Economia. Belo Horizonte, v.23, n.3, set/dez, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a Economia.** São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, José Ordálio dos; FAMÁ, Rubens. **Avaliação da aplicabilidade de um modelo de *credit scoring* com variáveis sistêmicas e não-sistêmicas em carteiras de crédito bancário rotativo de pessoas físicas.** Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v.18, n.44, mai/ago. 2007.

SANTOS, José Ordálio dos; FAMÁ, Rubens. **Avaliação de estratégias para redução do risco de inadimplência em carteiras de crédito bancário e rotativo de pessoas físicas.** Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v. 17, n.42, set/dez, 2006.

SECOM, Secretaria de Estado de Comunicação de Governo. **Real, oito anos construindo o futuro.** Brasília, 2002.

SECURATO, José Roberto; FAMÁ, Rubens. **Um procedimento para a decisão de crédito pelos bancos.** Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, v.1, n.1, jan/abr, 1997.

SELAU, Lisiane Priscila Roldão; RIBEIRO, José Luiz Duarte. **Uma sistemática para a construção e escolha de modelos de previsão de risco de crédito.** Gestão & Produção. São Carlos, v. 16, n.3, jul/set, 2009.

SOUZA, José Luiz de. **Mercado Financeiro Conhecimentos Bancários.** Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho da equidade.** Estudos Avançados. São Paulo, v.14, n.40, set/dez, 2000.

TRINDADE, Larissa de Lima; *et. al.* **De onde vem o endividamento feminino?** Construção e validação de um modelo PLS-PM. REAd Revista Eletrônica de Porto Alegre. Porto Alegre, v.18, n.3, set/dez, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia.** São Paulo. Saraiva, 2011.